

A escolha de ministro do STF

LUIZ CELIO BUGGERONI

Aproxima-se a data em que o Senado Federal brasileiro apreciará, e votará, o nome do indicado pelo Presidente da República para ocupar a vaga de Luis Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal. É ele, Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

A indicação de nome a vir ocupar cada uma das onze cadeiras do STF é competência exclusiva do Presidente da República. É o que define o artigo 84 da Constituição Federal. Já o artigo 101 da mesma Carta ratifica o texto anterior e estabelece os requisitos a serem cumpridos pelo indicado: Notável saber jurídico e reputação ilibada.

Ainda, a Emenda Constitucional 122/2022 fixa que o indicado deva ter entre 35 e 70 anos. Acrescenta-se a esses requisitos aquele que exige que o escolhido seja brasileiro nato. Vale lembrar ainda que regra anterior fixava em 65 anos a idade máxima para tanto.

Não resta resquício qualquer de dúvida ser de extrema importância que referida escolha se afaste, ou se afastasse, por completo, do subjetivismo. Se não possível, que ele fosse o menor possível, restringindo-se ao inevitável. Mas, na forma vigente, é normal ao escolhido para tão honroso cargo ser grato a quem o escolheu.

Afinal, integrará a mais alta esfera jurídica do país, a proclamar a decisão final sobre pendências jurídicas de competência do STF. E isso, para quem detém a incumbência, e por que não dizer o ônus de julgar, definitivamente não é bom, pois, para tanto, é preciso que se sinta desprovido de qualquer outro sentimento senão aquele de aplicar a lei conforme apenas seu entendimento, seu exclu-

sivo convencimento.

E pelos requisitos, dois deles apenas em destaque por sua diversidade, sejam a reputação ilibada e o notável saber jurídico comportam apreciação. Se a reputação ilibada se afasta do subjetivismo, o mesmo não ocorre com o “notável saber jurídico”.

Este, de forma inequívoca permite interpretações diversas por suas imprecisas e cinzentas linhas de delimitação. E como já dito, e agora apenas reafirmado, isso não é bom definitivamente, seja para o próprio julgador, seja para a causa em apreciação.

A prática tem-nos mostrado que não raras vezes para não generalizar, o Ministro, ainda que no nobre exercício da interpretação e aplicação da lei, vota conforme linhas de entendimento coincidentes com as de quem o indicou, mormente se quem o indicou é figura ainda relevante e presente no meio político, o que dá azo a elucubrações, mesmo que improcedentes.

É, de fato, “saia justa” a que o Ministro está submetido. Por isso, desejável é afastar-se por completo do subjetivismo da escolha de quem, se referendado pelo legislativo, ocupará a cadeira de ministro do STF. A questão, nessa linha de reflexão, é como fazer.

Parece cediço que não é desejo do Presidente da República, e talvez também dos senadores e mesmo deputados, sejam os atuais, sejam os anteriores, modificar a forma de indicação e escolha do nome a ser galgado ao posto de ministro do STF.

Afinal, em passado recente ocupou a cadeira presidencial notável constitucionalista, extremamente conceituado no meio jurídico, autor de destacadas obras. Por isso, também, não é crível que outra forma não tenha sido pensada, como a se-

guir aventada.

Imediatamente abaixo do Supremo Tribunal Federal, no ordenamento nacional situa-se o Superior Tribunal de Justiça, órgão integrado por 33 ministros.

Dessa forma, por que não tornar automático, na vacância no STF, de se levar até a Suprema Corte o decano dos Ministros do STJ e seu(s) subjacente(s) em caso de impedimento observados os requisitos constitucionais, mesmo para tanto tendo que modificar a constituição através de Emenda Constitucional quanto ao titular pela indicação do candidato ao STF? Afinal, ela já conta com mais de 120 Emendas. Não seria mais uma a violá-la, ferindo-a de morte.

É verdade que ministro do STJ também é escolhido pelo Presidente da República, mas de se supor que sendo o decano ou algum imediatamente abaixo, quem o indicou, pelo tempo já decorrido já não faça parte presente, ou ao menos tão presente, da política nacional, eliminando-se até mesmo o sentimento de reconhecimento, que possa causar influência na votação de Sua Excelência, Ministro.

Reafirmando, não creio que essa “ideia” não tenha passado pela mente de nossos dirigentes. Por isso, de se pensar que não há interesse de nossas autoridades em tornar praticamente automática a indicação à Suprema Corte, afastando o subjetivismo da imediata escolha.

Mas, mesmo assim confesso, não abandono minhas reflexões, sujeitas a contraposições, que sempre engrandecem propostas, sugestões, reflexões. Grato pela eventual atenção dispensada.

● O autor é colaborador de Opinião

TRUMP, LULA E MADURO

A “Democracia Relativa” venezuelana ruiu. Trump, o xerife do mundo, primeiro fez o cerco à Venezuela (aéreo e marítimo) e, durante alguns dias tramando, finalmente, num ato-relâmpago, assumiu a Venezuela, levando para os EUA alguns militares, Nicolás Maduro e esposa.

Democracia Relativa, comunismo e socialismo nas américas que se cuidem. Pois “a jiripoca vai piar” e, é só questão de tempo, muita coisa pode acontecer.

Mesmo Lula rotulando Trump de fascista ele, diplomaticamente, além de mencionar Lula ser “homem agradável”, disse que “rolou química” entre ambos.

● Humberto Schwartz Soares

VENEZUELA ATACADA

Atacada ou livre?

O povo venezuelano no Brasil está em festa esperando a estabilidade econômica, para poder voltar ao seu país. Os venezuelanos nas ruas em festa e alguns governantes internacionais tentando desvirtuar uma ação americana contra o narcotráfico (amplamente divulgada) em ato político.

Trump primeiro agiu e depois comunicou ao Congresso pois, se fizesse o contrário, com certeza ocorreria algo que inviabilizaria a ação, alguém duvida disso?

Portanto, na minha opinião, ele agiu corretamente. Não houve truculência. Alguém acha que Trump tomaria essa atitude se não tivesse provas contundentes contra Maduro sobre seu envolvimento com o narcotráfico?

E o governo brasileiro, aonde foi que não entendeu que a voz do povo é a voz de Deus?

● Haydee Das Dores de Souza - Membro do MDB Mulher de Bauru

O TEMPO DOMADO

O tempo é sempre implacável
Tempos de festas de fim de ano
A idade que vai logo passando
No espaço-tempo por debaixo dos panos

Tempo é investimento e dinheiro
É prioridade com os hábitos e gastos

Sempre há tempo de ficar entre os primeiros

Fora aquele com os tênis gastos
O tempo e os melhores projetos
Psicologia financeira dos comportamentos

Escolhas e consequências nos objetos

Nesta vida passageira de movimentos

Tempo de mudanças climáticas intensas

De poucas horas de sono e de salário

De ambiente tóxico e horas muito tensas

Mas só milésimos de segundo encontram o ovário.

● Guto Guedes

Inspiração? Ou onde a vida insiste?

SÔNDAH MOREIRA

Inspiração não chega sempre como um raio.

Às vezes ela é apenas um incômodo.

Uma luz baixa, persistente, que não ilumina o caminho inteiro, mas impede que a gente aceite a escuridão como normal.

Dizem que inspiração é o instante do eureka!, o sopro divino, o toque do alto.

Talvez seja.

Mas a que mais me move nasce embaixo — rente ao chão, no nível dos pés cansados.

Gosto de parar em lugares sem glamour. Lugares onde ninguém posa para fotos. Ali, observo o vai e vem das pessoas comuns, essas que não cabem em discursos nem em propagandas. O homem que acorda antes do sol não é personagem: é estrutura. A mulher que já começa o dia cansada não é exceção: é regra.

Isso é inspiração.

Não a que consola, mas a que desperta.

A vida pulsa nesses espaços invisíveis. E pulsa com força.

A riqueza de uma nação não nasce sob lustres, nem em mesas longas de restaurantes onde o preço do prato equivale ao salário de quem serve. Ela nasce no mercado popular, no açougue apertado, na padaria onde um pingado ralo e um pão na chapa sustentam um mês inteiro de tentativas.

Ali, o dinheiro não descansa.

Corre. Escorre. Some.

Distribuição de renda não é teoria: é sobrevivência.

O povo — palavra gasta de tanto uso cínico — é, na prática, a mola propulsora do país. É matéria antes de forma. Corpo antes de discurso. É a Dona Maria que transforma madrugada em marmitta. É o carregador que converte coluna em ferramenta. É o peixeiro que empurra a própria dignidade de porta em porta.

Enquanto isso, há quem viva do reflexo desse esforço.

Gente que não produz movimento, apenas administra privilégios.

Gente que desfruta do descanso sem conhecer o cansaço.

“Bora trabalhar porque tem político pra pagar.”

A frase soa como piada, mas funciona como diagnóstico. Trabalhamos para sustentar castas blindadas pelo poder, que vivem de férias prolongadas, agendas vazias e discursos cheios. Comem do suor alheio, brindam com o cansaço coletivo, dormem tranquilos sobre colchões de desigualdade.

E ainda chamam isso de normalidade institucional.

A inspiração verdadeira não está no alto dos palanques nem nas frases prontas de motivação. Ela está na resistência silenciosa. Na insistência diária de quem, mesmo explorado, continua girando a engrenagem que o esmaga.

Talvez inspiração não seja esperança.

Talvez seja lucidez.

Porque quando se enxerga onde a vida realmente acontece, já não é possível fingir que não se vê.

E isso, mais do que poesia, é um chamado!

● A autora é colaboradora de Opinião